

FH e Sarney fazem acordo sobre as MPs

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), acertaram, durante jantar na segunda-feira, no Palácio da Alvorada, que, além de reduzir o uso de medidas provisórias (MPs), é necessário que o Executivo retome a prerrogativa sobre assuntos de natureza administrativa e de finanças públicas, que estão hoje sob a responsabilidade do Congresso. Estas alterações ainda serão discutidas e, em função da proximidade das eleições — que vão esvaziar o Congresso —, a questão das medidas provisórias deve ser adiada para depois do pleito.

Para chegar a uma proposta que estabeleça as novas regras, o presidente do Congresso convocou uma reunião de líderes para hoje à noite. Durante a conversa no Alvorada, definida como “muito boa” pelos dois envolvidos, Fernando Henrique concordou com a limitação do uso das medidas provisórias. Em contrapartida, lembrou a necessidade de que certas atribuições administrativas sejam devolvidas à Presidência da República.

Sarney aceitou os argumentos e propôs que se faça uma ampla reforma do Estado, com a Presidência retomando os poderes da Constituição de 1946 e dispondo por decreto, por exemplo, sobre questões de natureza administrativa. O uso de medidas provisórias, nesse novo contexto, ficaria limitado aos casos de calamidade pública, finanças públicas e meio ambiente. “Hoje, o Executivo usa estas medidas para tudo e o presidente da República acaba assumindo as atribuições do Congresso”, reclamou o senador. Sarney também questionou a edição de medidas provisórias sobre assuntos rejeitados, num mesmo ano, pelo Congresso — como foi o caso da contribuição previdenciária dos funcionários inativos da União.